

Adolescência e vulnerabilidade social na Psicologia comunitária: uma revisão bibliográfica

Ana Júlia da Silva Canto ¹ ; Gabriela Gomes Luiz ¹ ; Giovana Labiak Pereira ¹ ; Maria Adelaide Pessini ²

Resumo

Essa produção foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica acerca de temas ligados à vulnerabilidade social e à adolescência, tendo como aporte teórico a Psicologia Comunitária e a Psicologia Histórico-Cultural (PHC). O presente estudo teve como objetivo, compreender de que maneira a adolescência se constitui em contexto de vulnerabilidade social, considerando a contemporaneidade e o papel da Psicologia Comunitária. Discutiu-se sobre o adolescente como um sujeito atravessado por um contexto histórico, social, cultural, econômico e ambiental que lhe é posto, promovendo diferentes relações do mesmo com a sua realidade. Conclui-se que a adolescência não deve ser compreendida somente de forma biologizante e cristalizada, tendo o foco no ajustamento social deste sujeito, limitando suas possibilidades e potencialidades. Sendo assim, ao intervir junto aos adolescentes, é fundamental compreender esses recortes sociais de forma contextualizada, crítica e emancipadora, olhando o indivíduo em sua integralidade, fomentando uma autonomia reflexiva e mantendo seu protagonismo na comunidade.

Palavras-chave: Adolescência; Psicologia Histórico-Cultural; Psicologia Comunitária; Vulnerabilidade social

Adolescence and social vulnerability in Community Psychology: a bibliographic review.

Abstract

This paper was developed from a bibliographic review on themes related to social vulnerability and adolescence, having as theoretical basis Community Psychology and

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da Universidade Paranaense

² Docente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense

Cultural-Historical Psychology (CHP). The present study aimed to understand how adolescence is constituted in a context of social vulnerability, considering contemporaneity and the role of Community Psychology in this scenario. It was discussed about the adolescent as a subject crossed by a historical, social, cultural, economic and environmental context, promoting a different relationship with its reality. It is concluded that adolescence should not be understood only in a biological and crystallized way, focusing on its social adjustment, limiting possibilities and potential. Therefore, when intervening with adolescents, it is essential to understand these social aspects in a contextualized, critical and emancipatory way, looking at the individual in its entirety, fostering reflective autonomy and maintaining their role in the community.

Key-words: Adolescence; Cultural-Historical Psychology; Community Psychology; Social vulnerability.

Adolescencia y vulnerabilidad social en la Psicología Comunitaria: una revisión bibliográfica

Resumen

Esa producción fue desarrollada a partir de una revisión bibliográfica acerca de temas relacionados a la vulnerabilidad social y a la adolescencia, tomando como aporte teórico la Psicología Comunitaria y la Psicología Histórico-Cultural (PHC). El presente estudio tuvo como objetivo, comprender de qué manera la adolescencia se constituye en contexto de vulnerabilidad social, considerando la contemporaneidad y el papel de la Psicología Comunitaria. Se discutió sobre el adolescente como un sujeto atravesado por un contexto histórico, social, cultural, económico y ambiental que se le pone, promoviendo diferentes relaciones del mismo con su realidad. Se concluye que la adolescencia no debe ser comprendida solamente de forma biologizante y cristalizada, centrándose en el ajuste social de este sujeto, limitando sus posibilidades y potencialidades. Siendo así, al intervenir junto a los adolescentes, es fundamental comprender esos recortes sociales de forma contextualizada, crítica y emancipadora, mirando al individuo en su integralidad, fomentando una autonomía reflexiva y manteniendo su protagonismo en la comunidad.

Palabras-clave: Adolescencia; Psicología Histórico-Cultural; Psicología Comunitaria; Vulnerabilidad social

INTRODUÇÃO

A adolescência é o momento do desenvolvimento marcado pela transição entre a vida infantil e a adulta, sendo um período em que o indivíduo prepara sua independência, questiona os que estão à sua volta e procura o que lhe é próprio. Nela ocorrem importantes transformações no corpo, caracterizando um período com complexas mudanças no processo de desenvolvimento do ser humano, no modo de pensar, agir e no desempenho dos papéis sociais. É durante esse momento que o adolescente passa por mudanças físicas, emocionais, sociais e adota comportamentos influenciados pelo seu meio socioambiental. Dessa forma é possível notar a importância da atuação do psicólogo nesse contexto, fomentando de forma crítica e consciente o desenvolvimento social desse grupo.

Segundo pesquisas relativas à palavra adolescência Outeiral (1994), a origem da palavra adolescência vem do latim e se compõe de duas outras palavras, *ad* que significa “a” e *olescer* que significa “crescer”. Assim o significado da palavra adolescer estrutura a base do entendimento sobre adolescência, que se caracteriza principalmente pela transição do indivíduo criança para o ser adulto, passando por esse crescimento. Por outro lado, a palavra adolescer apresenta também outro significado, sendo esse o de adoecer, em que os aspectos da adolescência são usualmente ligados ao sofrimento emocional e a confusão.

Por outro lado, com base na Psicologia Histórico-Cultural, pode-se afirmar que os adolescentes têm potencialidades, possuem condições cognitivas, fisiológicas e afetivas tais como os adultos. Tais condições permitem que eles realizem mais do que o fazem no momento atual, no entanto, são impedidos de empregar sua capacidade em função de nossos atravessamentos histórico-sociais. É fato que no momento da adolescência se produz um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os verdadeiros conceitos. Estes conceitos abrem para o jovem o mundo da consciência social, o conhecimento da ciência, da arte e das diversas esferas da vida cultural que podem ser corretamente assimilados. Por meio do pensamento em conceito, o adolescente passa a compreender a realidade, as pessoas ao seu redor e a si mesmo.

Assim, observada a prática da Psicologia nesse contexto, percebe-se a grande importância de se construir um olhar contextualizado e crítico acerca dos adolescentes. Dessa forma, objetiva-se relacionar a Perspectiva Histórico-Cultural à adolescência, à pobreza e à Psicologia Comunitária para refletir sobre a prática da Psicologia que deve ser baseada na promoção do protagonismo.

A Perspectiva Histórico-Cultural e a adolescência

É fácil e comum encontrar pessoas, que convivem com adolescentes, relatando em formato de desabafo como se configura essa relação. Reiteradamente tais discursos apresentam como pontuações os seguintes aspectos: irresponsabilidade; confusão; instabilidade emocional e raiva. As características mostradas reforçam a concepção da adolescência como sendo um momento singular do desenvolvimento do ser humano, em que o ser não tem controle sobre seus atos, caracterizando um período de desafios para o adolescente e para as pessoas que convivem com o mesmo.

A visão relatada se identifica em conversas informais e almoços de família, retratando o cotidiano das pessoas, tal visão se ancora em discursos produzidos pelo senso comum e análises históricas de estudiosos. O conceito de que a adolescência é um movimento complicado e repleto de confusões do adolescente, não é inato ao ser humano, ou seja, não se nasce tendo essa forma de entender, mas é construída nas relações entre os sujeitos e acaba sendo passada de geração em geração. Assim faz-se necessária, ainda que de forma resumida, a contextualização do entendimento da adolescência através da história (Contini, 2002).

Ao projetar-se o olhar para a Grécia Antiga, vê-se que a adolescência era um período de treinamento para a vida adulta, onde os meninos aprendiam questões militares e as meninas preparavam-se para a maternidade. Passando para a Idade Média, tem-se a influência do feudalismo no entendimento da infância e adolescência. Assim, a criança e o adolescente se constituem como parte da população, não se diferenciando dos demais seres de idades variadas. Com isso, tais momentos do desenvolvimento não existiam, assim esses seres passaram a ser entendidos como adultos em menores estaturas, mas que poderiam atuar nos feudos, executando as mesmas tarefas que os outros, isso é explicado por Phillip Ariès (2021):

[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (Ariès, 2021, p.50-51).

Através da explanação, entende-se que trazer o conceito de adolescência, como entendida nos dias atuais, para a Idade Média não é possível, pois não existia a configuração de adolescente como sendo um ser que necessitava de um olhar diferenciado. Apenas se constatava o crescimento físico, visível a todos da sociedade. Na Idade Moderna, promoveu-se uma mudança de perspectiva sobre a adolescência, ainda que através de passos lentos. A queda do

feudalismo, marco da Idade Moderna, transformou a sociedade no geral. Assim, nesse momento, as famílias começam a olhar de maneira diferenciada para as crianças e para os adolescentes, sob nova perspectiva que se apresentou por meio da religião. O cristianismo apresentou a infância e a adolescência como momentos em que o sujeito deve ser cuidado e protegido. São construídas as escolas, com o objetivo de promover esse desenvolvimento, sendo agora separado da sociedade. Durante a Idade Moderna, o entendimento da adolescência foi ganhando força, percebendo-se momentos diferentes da infância e da vida adulta.

Em linhas gerais, parece que a ideia do que hoje chamamos adolescência, pressentida a partir do século XVIII (Grossman, 1998), está associada às novas maneiras de viver no grupo social onde o indivíduo está inserido. Com a industrialização e a instituição de sistemas educacionais obrigatórios, ela pode, finalmente, ser mais observada. Pode-se, então, dizer que a adolescência foi conhecida primeiro pelos educadores (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silvaes, 2010, p. 4).

Trazendo para Idade Contemporânea, essa possibilitou a construção de muitos significados para a adolescência. No seu início, com a influência da Revolução Industrial, entendeu-se o adolescente como uma oferta de uma mão de obra barata, pois seu físico já era entendido como o de um adulto, porém não seria necessário pagar o mesmo valor para o adolescente. Assim os grandes galpões de trabalho originados da Revolução se tornaram o espaço principal de inúmeros adolescentes. Porém, ao aproximar-se do período atual, entende-se a adolescência como momento importante para o sujeito, estando em desenvolvimento, assim são desenvolvidas formas de preservar a integridade dessas pessoas e proteger de qualquer violação de direitos (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silvaes, 2010).

É promovida a reflexão por parte das ciências sociais sobre a adolescência, compreendendo que todos os adolescentes são constituídos pelo seu momento histórico e social. Nesse sentido, traz-se para a reflexão, a adolescência através da Perspectiva Histórico-Cultural, promovendo um olhar integral e contextualizado desse momento da vida do ser.

O breve histórico referente ao conceito de adolescência mostra como ao decorrer do tempo esse entendimento foi modificado. As questões sociais e culturais de determinado momento atravessam e afetam o entendimento acerca do mesmo, assim fica clara a importância de tais aspectos para a construção social do que vem a ser a adolescência. Dessa forma, para se entender esse conceito, se faz necessária a compreensão do contexto atual, levando em conta que

as características e situações do presente momento, interferem na expressão da adolescência, portanto alterando os conceitos que se apresentam como referenciais característicos desse momento (Pereira, 2019).

Logo, a visão biologizante se faz ultrapassada. Entender a adolescência como apenas mais uma etapa do desenvolvimento do sujeito se mostra incongruente, uma vez que as transformações desse momento vão além da maturação biológica e do início da puberdade, mas se relaciona com toda uma forma de se entender e se expressar para o mundo. Vale ressaltar que todas as questões biológicas da adolescência existem e devem ser material de estudo para o entendimento completo acerca da adolescência, entretanto levar apenas tais aspectos em consideração se mostra como uma pesquisa supérflua. Aqui as autoras Tomio e Facci (2009) destacam que a conduta humana:

[...] não é só produto da evolução biológica – graças à qual se forma um tipo humano com todas as funções psicofisiológicas necessárias e inerentes. O comportamento é também produto do desenvolvimento histórico e cultural (Tomio & Facci, 2009, p. 95).

Além disso, o mesmo ocorre com a visão descontextualizada, a qual não oferece subsídios para a compreensão da adolescência situada em um momento histórico, e devido a essa visão, apresenta explicações que reforçam características apresentadas como inatas ao sujeito, e assim presentes em qualquer época e condição social, o que pode ser refutada com o entendimento acerca dos atravessamentos históricos e sociais durante o desenvolvimento da adolescência.

Entendendo a adolescência como um conceito dependente do processo histórico e cultural do momento, e certamente mutável, compreende-se também que a visão naturalizada desse momento do desenvolvimento deve ser repensada por parte da sociedade, assim promovendo um olhar amplo e social acerca do adolescente. Dessa forma, é importante que a compreensão da construção social do conceito de adolescência seja realizada, para que de fato seja possível relacioná-la à Perspectiva Histórico-Cultural.

Dando início a essa associação, entende-se que a Perspectiva Histórico-Cultural vem relacionar essas variáveis do tempo ao desenvolvimento da adolescência, por conseguinte coloca em destaque as contingências sociais, culturais, econômicas e políticas, e apresenta como elas podem afetar o sujeito e a construção de conceitos. Para que esse entendimento se dê de forma

clara e proveitosa, é necessário que alguns conceitos da teoria sejam explicados a seguir (Tomio & Facci, 2009).

O momento da adolescência foi e continua sendo estudado por muitas ciências, entre elas a Psicologia. Tal ciência, no seu início, entendeu a adolescência apenas como um período de transição necessário para ligar a infância à vida adulta, assim o corpo do adolescente era tido como um corpo em maturação. Entretanto, com o passar do tempo e com o desenvolvimento de novas perspectivas, a compreensão da adolescência passou a ser repensada, transformando a visão universal de adolescência para uma visão contextualizada (Souza & Silva, 2019).

A Psicologia Histórico-Cultural fundamenta o entendimento da adolescência aqui discorrido. Tal perspectiva é resultado da transformação da visão acerca da adolescência, para isso é importante que um breve resumo seja feito e que conceitos pertencentes a ela, sejam citados para que doravante seja possível relacioná-los à adolescência.

Dessa forma, é relevante citar as contribuições teóricas de Lev Vygotsky para a Perspectiva Histórico-Cultural. Psicólogo nascido na Bielorrússia, trouxe para a discussão a importância de se considerar o contexto social para o entendimento do sujeito. Assim, o autor traz uma nova perspectiva para o estudo do sujeito, ressaltando como as contingências do ambiente atravessam o ser e lhe provocam mudanças, bem como o próprio ser modifica o ambiente, isso pode ser visto no seguinte trecho:

De acordo com seus argumentos, a constituição da subjetividade, ou do que nos torna humanos, não é somente fruto da evolução biológica, como um processo interno, mas resultado de uma relação construída histórica e culturalmente com o mundo, de modo que o desenvolvimento do psiquismo segue as mesmas leis que guiam o desenvolvimento histórico da humanidade [...]. (Souza & Silva, 2019, p. 3).

Dessa forma, Vygotsky constrói alguns conceitos para relacionar o psiquismo humano ao contexto social. Um deles se apresenta na ideia destacada acima, ou seja, a relação do sujeito com o meio e suas mudanças que um faz no outro. Esse conceito é conhecido pelo nome de movimento e além deste em que se destaca a importância do contexto social, é possível ver outros conceitos como o de sentido e o de significado que serão discorridos abaixo.

Primeiramente, os conceitos de sentido e significado aqui explicados por partes, devem ser entendidos como complementares. O sentido se mostra como a compreensão do sujeito acerca de algo, tal compreensão vai além de um gosto ou uma forma diferente de ver uma

ideia, mas sim a construção de uma visão a partir de suas experiências, assim existem muitos sentidos para um mesmo conceito e objeto. Entretanto na sociedade, um sentido é classificado como padrão, formando um significado (Ximenes & Barros, 2009), para melhor compreensão ressalta-se o seguinte trecho “o significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata.” (Vygotsky, 2000, p. 465).

Diante desses conceitos apresentados, entende-se o motivo pelo qual não se pode definir a adolescência como um momento único e semelhante para todos os sujeitos, uma vez que as experiências de cada adolescente constroem os sentidos para a sua adolescência. A relação entre o sujeito indivíduo e o sujeito mundo promove o entendimento de vários conceitos, de forma singular. Vale pensar que cada pessoa é uma combinação de muitas interações que aconteceram em um determinado local e tempo, que irá constituir um sujeito único, que compreenderá os sentidos das coisas com base na sua história.

Dessa forma, Vygotsky se afasta das visões biológicas e mecânicas que padronizam a adolescência como um momento em que serão vistas as mesmas características em todos os seres. Ele constrói um entendimento acerca do psiquismo humano relacionado ao contexto social e como a história construída nesse meio atravessa o desenvolvimento do sujeito (Souza & Silva, 2019). Desse modo, o mesmo ocorre com a adolescência, ao se entender tais conceitos, é necessário olhar para o contexto em que o adolescente está inserido e isso não quer dizer que o contexto define o ser, mas o mesmo atravessa o adolescente. Portanto compreender a integralidade do sujeito é importante para que o entendimento acerca do adolescente se faça de uma maneira ampla e não biológica, contemplando todos os atravessamentos que perpassam o adolescente, ampliando para uma visão mais profissional.

A pobreza e o sujeito adolescente

Concebe-se a pobreza a partir de um entendimento proveniente do materialismo histórico dialético que sugere que para além da observação dos índices, seja feita uma compreensão da pobreza como resultado histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, percebemos a pobreza como vinculada ao projeto de desenvolvimento do capital, já que o modo de produção capitalista, com o propósito de produzir riqueza, tem deixado um caminho de miséria e exclusão do trabalhador em relação ao acesso dos bens produzidos pela humanidade, o que é possível notar nos índices nacionais e mundiais.

O desacordo se realiza em propostas que mascaram seus reais objetivos: dizem procurar a erradicação da pobreza, no entanto não mencionam a divisão da riqueza ou a diminuição do acúmulo de capital pelos ricos. Desta maneira, a atuação da psicologia no contexto de pobreza, se faz de grande importância para a criação de consciência crítica sobre a realidade do sujeito (Ferreira & Facci, 2020).

Antigamente, a psicologia era apenas para as pessoas que pertenciam às classes econômicas altas, abrangendo apenas o lado clínico. Não chegava até os sujeitos em situação de pobreza social e econômica, dessa maneira, a criação e o trabalho da psicologia junto às políticas públicas permitiram a atuação, principalmente, voltada à classe trabalhadora, como é evidenciado por Oliveira e Amorim (2012):

É, portanto, requerido à Psicologia o engajamento junto às ações políticas; a apropriação de saberes de outros campos; a efetivação de trabalhos em parceria com outras categorias profissionais, bem como a formulação de novos saberes coerentes com a realidade que se impõe (Oliveira & Amorim, 2012, p. 561).

A partir disso é possível evidenciar que o entendimento de saúde mental deve ser dado de modo amplo e não mais baseado em aspectos de renda, na conquista de bens de consumo e no biológico, mas levar em conta os atravessamentos de questões pessoais e condições contextuais, estruturais e ideológicas, para que dessa maneira sejam criadas intervenções em que se levaria questionamentos sobre a realidade do sujeito e para a criação de uma consciência crítica (Júnior, Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014).

Os altos níveis de pobreza, que prejudicam a sociedade, encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade presente no país: injustiças que se expõem na distribuição da renda e nas escassas ou inexistentes possibilidades de inclusão econômica e social. São situações iníquas, desnecessárias e evitáveis, não sendo imputadas por agentes naturais/biológicos, tampouco por agentes tecnológicos que impeçam seu enfrentamento: na verdade são desigualdades que procedem das ações de outras causas humanas, através das relações de poder econômico, político e sociocultural. As iniquidades sociais formam-se nos principais motivos de vulnerabilidade social em que se encontram pessoas e grupos em determinados territórios das cidades brasileiras. De uma forma geral, entende-se que o processo de vulnerabilização social pode se demonstrar a partir do acesso restrito aos bens materiais, simbólicos e culturais por parte de uma população marginalizada socialmente, atingindo um leque de possibilidades e situações.

O entendimento sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) apresentado pela Comissão dos DSS da Organização Mundial de Saúde pontua as iniquidades sociais como os determinantes de maior impacto na saúde humana. Assume, tomando como base o construto teórico do curso da vida, que pessoas nascidas em grupos socialmente marginalizados têm, historicamente, escolhas limitadas as quais marcam todo seu processo de vida e desenvolvimento pessoal e social. Os fatores do início da vida podem ser determinantes para a evolução do processo saúde-doença e auxiliam a entender as desigualdades entre grupos humanos no que tange ao adoecimento ao longo da vida. Desta maneira, a saúde, e todo o desenvolvimento, são levados por eventos aos quais as pessoas estão expostas ao longo da vida. Levando em conta que o desenvolvimento humano é um processo que acontece ao longo de todo o curso de vida, da infância à velhice, eventos de vida potencialmente adversos, originados da pobreza social e econômica em que muitas famílias vivem, têm repercussão direta em diferentes domínios – físico, cognitivo, emocional, ocupacional. Se tais iniquidades não forem enfrentadas, seus efeitos prejudiciais se reproduziram para as futuras gerações.

Assim sendo, é possível deduzir que, para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, o sofrimento psíquico alcança maior amplitude e as condições socioeconômicas têm grande impacto na qualidade de bem-estar e vida de grupos e pessoas com menores recursos. Até então, as pessoas que sobrevivem nessas situações estão expostas a uma série de eventos de vida potencialmente adversos, o que levará consequências para as relações familiares e comunitárias. A saúde mental é definida por fatores sociais, psicológicos e biológicos. Uma amostra de riscos para a saúde mental de pessoas e grupos se observa nas pressões socioeconômicas vividas frequentemente, relacionadas aos indicadores de pobreza somados à baixa escolaridade. Danos na saúde mental podem ainda estar relacionados a estilos de vida não saudáveis, condições de trabalho estressantes, rápidas mudanças sociais, exclusão social, risco de violência, discriminação de gênero e atentado aos direitos humanos, isto é: exposição a eventos potencialmente adversos ao longo do curso de vida (Souza, Panuncio-Pinto & Fiorati, 2019).

A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) destaca que “[...] um ambiente que respeite e proteja os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para a promoção da saúde mental.” Não se mantém somente de transtornos mentais, mas de fatores mais amplos que possibilitam o bem-estar e a saúde mental, abrangendo, além da saúde, os setores de educação, trabalho, justiça, transporte, meio ambiente e habitação (OMS, 2016).

A inclusão social de pessoas e grupos é vigorosamente favorecida pela entrada e participação nas ocupações cotidianas significativas que correspondem às necessidades pessoais, sociais e também de saúde. Segundo Souza, Panuncio-Pinto e Fiorati (2019):

A injustiça ocupacional ocorre quando a participação em ocupações é desigual em diferentes grupos da sociedade, havendo de um lado grupos que se beneficiam de forma injusta enquanto outros são submetidos a padrões de ocupação prejudiciais à saúde e ao bem-estar. Nesse sentido, é necessário considerar que a injustiça ocupacional e os padrões de ocupação que dela resultam podem impactar negativamente o desenvolvimento de adolescentes, levando a uma participação social empobrecida e à diminuição da expectativa de vida. Em um nível social e comunitário, a injustiça ocupacional desperdiça o potencial humano e cria uma pesada carga para a saúde, reduzindo a coesão social e ameaçando o senso de segurança das pessoas. (Souza, Panuncio-Pinto & Fiorati, 2019, p. 252).

Em um ambiente de vulnerabilidade social e de injustiça ocupacional, pode existir prejuízo de acesso e poucas chances de vivenciar ocupações fundamentais. Dessa forma, evidencia-se a educação, uma ocupação cotidiana fundamental para adolescentes, pois permite o acesso a recursos materiais e simbólicos importantes para um nível de vida digno, também o acesso a políticas públicas, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), igualmente junto com às medidas de proteção como os abrigos institucionais.

Diante disso, a adolescência é um momento de modificação biológica, psicológica e social entre a infância e a vida adulta. Refere-se a uma construção histórico-social que recebe interferências da dinâmica social nos diferentes contextos e momentos culturais nos quais a pessoa se desenvolve. Essas interferências, por sua vez, influenciam no desenvolvimento da personalidade e, por consequência, no comportamento do adolescente, de conduta que ele procura, ao longo do processo de socialização, conquistar uma condição adulta adequada ao meio em que vive. Apesar de algumas transformações serem parecidas para a maioria dos adolescentes, os determinantes socioeconômicos os apresentam de modo singular ao adoecimento e à marginalização (Crestani, Rocha, 2018).

Os contextos comunitários em que eles vivem e se desenvolvem são significativos determinantes sociais. Por esse ângulo, em comunidades desassistidas, a ausência de recursos sociais e a desigualdade social auxiliam para o surgimento da violência, do tráfico de drogas e da fragilização das relações familiares e comunitárias, que abalam diretamente os mais vulneráveis, como os adolescentes. Tais espaços representam o insucesso das políticas públicas e o fracasso na garantia de direitos às pessoas que neles vivem.

A falta de base social e familiar pode estar também relativamente ligada à incapacidade de muitos adolescentes confrontarem os infortúnios de práticas delinquentes, antissociais e inclusive violentas, por vezes vivenciadas no convívio com semelhantes e nos contextos comunitários. Nessa situação, as instituições escolares, de assistência social e de saúde devem fornecer suporte fundamental para impossibilitar a exclusão social. Todavia, o olhar fragmentado sobre os fenômenos que os condicionam à vulnerabilidade social auxilia para ações desarticuladas, pontuais e, não raro, falhas, o que torna importante conhecer a perspectiva dos próprios adolescentes, uma vez que vivem a vulnerabilidade no seu dia a dia e, assim sendo, estão em melhor condição de se manifestarem em relação ao funcionamento do contexto inerente a tais vulnerabilidades (Oliveira, Reis, Vandenberghe, Souza & Medeiros, 2020).

A concepção de pobreza está geralmente relacionada com a privação de recursos financeiros dos indivíduos. Além desse conceito, há presente uma estigmatização da pobreza que concebe formas de reconhecimento pejorativo do pobre. As pessoas em situação de pobreza passam a ser identificadas como seres humanos incapazes de serem produtivos, como também sendo julgados por seus fracassos. O debate sobre os conceitos de pobreza pode auxiliar a entender como eles instigam na constituição deste fenômeno (Morais, Ferreira, Castro, 2015). Percebe-se a pobreza como uma realidade de carência multidimensional em que o ser humano pode estar localizado em um ponto de vulnerabilidade social, em que tem limitação de realização de suas necessidades de moradia, alimentação, educação, segurança, saúde e lazer. Cidade, Junior e Ximenes (2012) contribuem:

O indivíduo, também, pode encontrar-se envolto em correntes ideológicas de marginalização e de culpabilização pela sua situação. Dessa forma, a pobreza é vista como um estado no qual o ser humano está inserido em condições adversas de sobrevivência material e simbólica (Cidade, Junior & Ximenes, 2012, p. 89).

Assim, por vulnerabilidade social, compreende-se o resultado negativo da vinculação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou

grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades econômicas, sociais e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade. Essa ocorrência se traduz em debilidades ou desvantagens para a atuação e mobilidade social dos atores e está ligado com o maior ou menor grau de qualidade de vida das pessoas. O conceito de vulnerabilidade social é utilizado em confronto ao de “grupos de risco”. Desta maneira, enquanto a noção de grupos de risco inclina-se a individualizar e personificar a adversidade vivida, relacionando-a a uma questão de comportamento, o sentido de vulnerabilidade social dispõe-se a compreendê-la como consequência de um processo social que remete à condição de vida e aos suportes sociais.

No caso da população de adolescentes, a vulnerabilidade está correlacionada a alguns aspectos negativos, como por exemplo: a privação de defesa dos direitos e oportunidades nas áreas de saúde, educação e proteção social, o envolvimento com situações de violência e com drogas, o trabalho infantil, a situação de rua, dentre outras. Entre as condições discordantes citadas, destaca-se a situação de rua. Muitos são os estudos que tratam dos efeitos negativos ao desenvolvimento trazidos pela situação de rua, bem como os estudos que mostram os métodos de adaptação de meninos/meninas nesta situação para alcançar a sobrevivência às adversidades que essa circunstância lhe condena. Não obstante, tem-se averiguado entre os estudos acerca do desenvolvimento de adolescentes em situação de rua, a demanda de se voltar o olhar para as situações de vida que precedem a vinda para a rua, uma vez que as dificuldades vividas ainda no contexto escolar, familiar e comunitário podem estar determinando e favorecendo a escolha pela rua em algum momento por esses adolescentes.

De acordo com essa precisão, está a análise de que adolescentes em situação de rua seriam somente uma baixa fração de adolescentes de baixa renda existentes no Brasil. Essa fração, por ser perceptível e concebida como mais ameaçadora, adquire maior atenção das políticas oficiais, em confrontação com um extenso grupo de adolescentes que, mesmo morando com suas famílias, igualmente não têm acesso a bons serviços de saúde, educação, programas sociais e outras formas de auxílio que cooperam para o seu pleno desenvolvimento. Estas, de forma parecida a muitas daquelas que estão nas ruas, sofrem limitações ao seu pleno desenvolvimento (Araujo de Moraes; Raffaelli & Koller, 2012).

Levando em consideração todos os adolescentes como sujeitos de direitos nas diversas condições individuais e sociais, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) propaga o direito à saúde, à vida, à educação, à alimentação, à cultura, à profissionalização, ao lazer, ao respeito, à dignidade, à liberdade e à convivência comunitária e familiar, além de tentar colocá-los a salvo de toda forma de discriminação, negligência, violência, exploração, opressão e crueldade. Também, o ECA evidencia a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, incluindo a

identidade, a autonomia, os valores, as ideias, o direito de opinião e expressão, de buscar refúgio, auxílio e orientação (Ministério da Saúde, 2012).

Por causa do desenvolvimento e das mudanças que acontecem nesse momento, o adolescente traz em si uma colocação específica de vulnerabilidade, carecendo, deste modo, de proteção e cuidados físicos, psíquicos e morais. A vulnerabilidade social é uma ideia multidimensional que qualifica a existência de grupos, indivíduos ou lugares em situação de fragilidade, seja por fatores sociais, epidemiológicos, culturais e/ou biológicos. Esses fatores tornam os indivíduos visíveis a riscos e a níveis grandes de separação social que acabam por manipular no seu modo de viver e de adoecer, e, por consequência, na sua qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida está ligado com a compreensão que o indivíduo possui da sua posição na vida, dos seus objetivos, expectativas, contexto cultural e padrões em que vive. É uma definição ampla, afetada de forma complexa pelo estado psicológico, pela saúde física, relações sociais, nível de dependência, ambiente onde vive e crenças pessoais. Qualidade de vida é multidimensional e é notada como uma edificação psicológica que explica aspectos mentais, físicos, funcionais, psicológicos e sociais do bem-estar. Nesse sentido, é importante observar as várias condições envolvidas nesse momento da vida, a adolescência, uma vez que eles são capazes de funcionar como fatores protetores ou fatores de risco da qualidade de vida dessa população. Sobral, Gontijo, Abdala e Cabral afirmam que:

Percepção acerca da qualidade de vida envolve o suprimento das necessidades humanas básicas e atributos valorizados pela sociedade contemporânea. Aspectos objetivos, como segurança, nutrição adequada, higiene, esportes e condição de vida satisfatória, além de construtos subjetivos, como afetividade na amizade, nos relacionamentos amorosos e na família, são considerados essenciais pelos adolescentes para ter uma boa qualidade de vida. Além disso, ter qualidade de vida, para esses jovens, envolve sua posição enquanto sujeitos de direitos no contexto familiar e social; e quando comparados a adolescentes que não apresentam características de risco social, eles apresentam uma melhor percepção nas dimensões de autonomia e relação com os pais (Sobral, Gontijo, Abdala & Cabral, 2015, p. 570).

Tendo em conta que a adolescência é comovida por vários fatores e que isso intromete-se diretamente na qualidade de vida, é de grande importante a atuação de estudos com adolescentes em diferentes situações de vida, podendo colaborar para um entendimento mais aprofundado do contexto em que se situa e uma avaliação dos fatores que têm relação direta com a qualidade de vida, a fim de fortalecer ações criadas para a promoção dos direitos dos adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Psicologia Comunitária e o adolescente em vulnerabilidade social

A adolescência comumente acaba por ser atribuída como um momento negativa, cheia de complicações e contradições, em que os adolescentes são concebidos como seres rebeldes, desinteressados, preguiçosos, sem noção da realidade e até considerados como o pior momento do desenvolvimento humano pelo senso comum. Quando o debate entra na ala biológica, as conclusões são tão preocupantes quanto, já que atribuir respostas comportamentais e psíquicas de todo um momento em desenvolvimento a hormônios e amadurecimento biológico, faz com que toda uma geração inserida em contextos de vulnerabilidade social seja injustamente qualificada com esses argumentos apelativos e que não são congruentes com a realidade material.

Neste cenário, o jovem adolescente recai sobre o conceito de fatalismo de Martín Baró (2017), sem perspectiva sobre o futuro e suas mudanças, o indivíduo acaba por se conformar com a realidade guiada pelo interesse das classes dominantes e não viabiliza e nem projeta nenhum tipo de mobilização a favor da sua emancipação e da classe dominada.

Mediante ao exposto, a Psicologia Comunitária, se faz necessária em sua intervenção quando se baseia em historicidade e contexto social, fazendo-se uma ciência com olhar contextualizado e que reconhece que as características do jovem adolescente moderno como rebeldia, inconseqüências, desânimo e a falta de perspectiva são fruto de sua realidade material, já que as condições econômicas interferem no nível de escolaridade, lazer, saúde, segurança que aquele sujeito irá acessar (Freire, 2018).

Para um melhor entendimento desses cenários, se faz necessária uma contextualização sobre a Psicologia Comunitária que nasceu, em 1975, na América Latina decorrente da necessidade, constatada por psicólogos estudiosos, de uma psicologia social que se faz baseada na historicidade, contextualização e senso crítico, com compromisso social baseado nas necessidades materiais da comunidade. Tais constatações podem ser atribuídas às lutas e movimentos sociais que deflagraram na década de 60 ao redor do mundo (Góis, 2003).

Portanto, ao se tratar de América latina, a mudança da nomenclatura e o reconhecimento dessas demandas listadas, advém visto a contextualização dos países do sul do continente, que se constroem através da exploração e colonização dos países europeus.

Estas nações estruturam sua história pós independências sob o imperialismo estadunidense, se tornando assim países da periferia do capitalismo, onde se mantém explorados os recursos naturais desde a sua origem. Como o autor Caio Prado explicita a respeito da economia brasileira em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, o objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (Prado Jr., 2004, pp. 31-32).

Consequentemente, as subjetividades são construídas, uma a uma, nesta conjuntura como mera mão de obra para produção e reprodução da vida material. Quando analisamos o cenário atual, nas periferias do capitalismo, nos deparamos com a falta de leis trabalhistas, acesso a lazer, saúde, educação e segurança que constituem o estado de bem viver e o porquê de viver, enquanto no centro desse sistema econômico observamos um pouco mais a presença de toda essa qualidade de vida para a classe trabalhadora, que só se faz dessa forma, visto à exploração do trabalho da população periférica. Até quando há o fenômeno da imigração dessa classe trabalhadora (de fora para o centro capitalista), essa mão de obra será destinada a serviços braçais, sem qualificação, para que esse sujeito tenha uma chance de ascensão social e acesso a maiores oportunidades para a constituição e reprodução da vida (Scott, Prola, Siqueira & Pereira, 2018).

Sendo assim, a subjetividade que se constitui em meio de toda essa vulnerabilidade social e a marginalização capitalista, resulta em saúde mental prejudicada e negligenciada, devido ao pouco acesso à saúde de qualidade presente nesse cenário e o desmonte da educação que consequentemente resulta em comunidades adoecidas.

É nesse contexto que vem ocorrendo o desmonte da educação nacional pelo corte dos recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa científica, pelo ataque à educação pública com ameaças e iniciativas efetivas de privatização e com a desqualificação e perseguição aos professores (Saviani, 2020 p.14).

O papel da Psicologia Comunitária inserida na conjuntura apresentada se faz, obrigatoriamente, democrática, acessível e atuante na comunidade, realizando sua análise histórica e cultural, levando em consideração os aspectos políticos do contexto urbano e operando na libertação e empoderamento dessa população como classe e como indivíduo modificador e revolucionário, que se mantém no seu protagonismo histórico e local, sendo o profissional psicólogo o mediador dessas transformações, nunca o agente principal, mas o agente fomentador e impulsionador dos questionamentos responsáveis para essa emancipação crítica da realidade material (Góis, 2003).

A partir de tais definições, podemos analisar como a constituição do ser adolescente se faz atravessada por essa realidade material precária e de que forma a Psicologia Comunitária se faz imprescindível na manutenção da saúde mental e social das comunidades latinoamericanas que esses adolescentes fazem parte. Enfatizando o compromisso da Psicologia Comunitária com o estímulo da autonomia do sujeito e impulsionando a criticidade acerca da sua realidade, baseado na integralidade, como visto em Ximenes e Barros “a práxis do psicólogo comunitário se distingue por se ocupar de processos psicossociais produzidos em dinâmicas comunitárias, levando em conta os contextos socioculturais em que surgem (Ximenes & Barros, 2009, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, esta produção se propôs a abordar as relações e reflexões acerca dos atravessamentos da vulnerabilidade social na adolescência e o papel fundamental da Psicologia Comunitária a partir da Psicologia Histórico-Cultural e das contribuições teóricas de Vygotsky. Assim, o profissional psicólogo antes de qualquer prática, deve compreender as várias vivências e experiências do sujeito, levando a criticidade para suas atuações, somado a isso, deve atuar de forma contextualizada e responsável, observando todas as variáveis e atravessamentos que afetam os indivíduos e suas subjetividades, fomentando o pensamento crítico e as reflexões por parte da própria comunidade, sempre respeitando o protagonismo dos sujeitos que compõem aquele espaço.

Em vista disso, essa atuação, voltada para a construção do desenvolvimento do adolescente, deve se atentar para além da sua maturação biológica, levando em consideração todo seu contexto histórico-cultural, ainda mais quando se trata de adolescência na classe trabalhadora, em que a vulnerabilidade social segue a florada como consequência do modelo econômico neoliberal. Mediante a isso, a Psicologia Comunitária tem como objetivo atuar no corpo social, portanto as demandas dos adolescentes devem ser, antes de tudo, contextualizadas em uma dinâmica coletiva, promovendo as potencialidades e a conscientização da realidade na qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- Araujo de Moraes, N., Raffaelli, M. & Koller, S. H. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 30, n. 1, p. 118-136.
- Ariès, P. (2021). *História social da criança e da família*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: LTC
- Brasil, Ministério da Saúde. (2012). *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Cidade, E. C., Junior, J. F. M. & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. *Psicologia Argumento*, v. 30, n. 68, pp.87-98.
- Contini, M. L. J., Koller, S.H. & Barros, M.N.S. (2002). *Adolescência e Psicologia Concepções, práticas e reflexões críticas*.
- Crestani, V., & Rocha, K. B. (2018). Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. *Psicologia & Sociedade*, 30.
- Góis, C. W. L. (2003). Psicologia Comunitária. *Universitas: Ciências da Saúde*, Brasília, v. 1, n. 2, pp. 277-297.
- Ferreira, C. R. C. & Facci, M. G. D. (2020). A atuação da Psicologia em contextos de pobreza: algumas contribuições de Martín-Baró. *Psicologia para América Latina*, n. 33, pp. 67-77.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*. Editora Paz e Terra.
- Junior, J. F. M., Cidade, E. C., Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 2, pp. 341-352, dez.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes.

- Morais, V., Ferreira, J. & Castro, S. (2015). Pobreza e suas relações com a Psicologia Comunitária na 5ª. Conferência Internacional de Psicologia Comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, v. 5, n. 2, pp. 156-181.
- Oliveira, I. F. & Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e política social: O trato à pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, v. 30, n. 70, pp. 559-566.
- Oliveira, P. C., Reis, M. L., Vandenberghe, L., Souza, M. M. & Medeiros, M. (2020). “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24.
- Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Organização Mundial da Saúde – OMS. (2016). *OPAS/ OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população*. Brasília.
- Outeiral, J. O. (1994). Adolescer: estudos sobre a adolescência. In Outeiral, J. O. *Adolescer: estudos sobre a adolescência* (pp. 95-95).
- Pereira, A. P. (2019). Adolescência e juventude: contribuições e desafios de escritos soviéticos para a análise da realidade brasileira. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, v. 3, n. 3, pp. 1-25.
- Prado Jr., C. (2004). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Saviani, D. (2020). Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus, [S. l.]*, v. 10, n. 1, pp. 01-25.
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M. & Silvares, E. F. M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, pp. 227-234.
- Scott, J. B., Prola, C. A., Siqueira, A. C. & Pereira, C. R. R. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24(2), 600-615.

- Sobral, M. E., Gontijo, D. T., Abdala, D. W. & Cabral, T.N. (2015). Avaliação da qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 28, n. 4, pp. 568-577.
- Souza, L. B., Panúncio-Pinto, M. P. & Fiorati, R. C. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, pp. 251-269.
- Souza, C. & Silva, D. N. H. (2019). Adolescência em debate: Contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, v. 23.
- Tomio, N. A. O. & Facci, M. G. D. (2009). Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. *Teoria e prática da Educação*, v. 12, n. 1, pp. 89-100.
- Vygotsky, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ximenes, V. M. & Barros, J. P. P. (2009). Perspectiva Histórico-Cultural: Que contribuições teórico-metodológicas pode dar à práxis do psicólogo comunitário?. *Psicologia Argumento*, v. 27, n. 56.